

SIDERÚRGICAS MARANHENSES COLOCAM TRABALHADORES LIBERTADOS NO MERCADO FORMAL

Jornal O Imparcial 22 de fevereiro de 2007.

Trabalhadores libertos de fazendas ou carvoarias, onde exerciam suas atividades em condições precárias, contam com o apoio do **Instituto do Carvão Cidadão (ICC)** e árias empresas para voltar ao mercado de trabalho - desta vez, com carteira assinada. Para identificar esses trabalhadores, o Instituto consulta a relação dos libertados pelo Grupo Móvel de Fiscalização que tem direito a receber o seguro-desemprego.

A Companhia Siderúrgica do Maranhão Ltda (Cosima), a Gusa Nordeste S/A, a Siderúrgica do Maranhão S/A (Simasa), a Terra Norte Metais Ltda e a Viena Siderúrgica S/A são exemplos de empresas que abriram suas portas para os trabalhadores libertos pela fiscalização. "A Simasa, por exemplo, contratou 28 desses trabalhadores", adianta o presidente do ICC, Raimundo Ornedson.

De acordo com Ornedson, a entidade tem como missão encontrar uma ocupação formal para aqueles que foram resgatados de locais onde trabalhavam em regime forçado, dormiam em alojamentos improvisados e recebiam alimentação inadequada. Para Ornedson, não importa a atividade que exerciam anteriormente. "A grande maioria é oriunda das atividades de agricultura e pecuária. Nós já inserimos vários desses trabalhadores nas siderúrgicas associadas ao Instituto, com todos os direitos trabalhistas garantidos", diz.

Trabalho Decente - Uma grande preocupação do governo é a inserção desses trabalhadores no mercado formal, onde possam desempenhar atividades dignas e ter seus direitos trabalhistas preservados. E para que não se sintam desamparados logo após a libertação, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) desenvolve algumas ações, como o pagamento do seguro-desemprego. Além disso, um acordo de cooperação com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome garante a inclusão do nome dos trabalhadores libertos no programa Bolsa Família.

Para coibir o trabalho escravo, o governo federal criou uma série de medidas de repressão à exploração de trabalhadores. Uma delas é o cadastro de empregadores flagrados usando mão-de-obra escrava. Os incluídos na chamada "lista suja" não têm acesso a financiamento de bancos públicos nem de agências de desenvolvimento. Um acordo com a Federação Brasileira dos Bancos (FEBRABAN) prevê a proibição de empréstimos de bancos privados a esses empregadores.

Cadeias de produção como a do Pólo Siderúrgico do Pará, responsável pela criação do **Instituto Carvão Cidadão** - que também fiscaliza as fazendas, orientando trabalhadores e empregadores e exigindo o cumprimento da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) - já beneficiaram mais de 5 mil trabalhadores libertos. Além do Pólo Siderúrgico, o MTE busca articulação com outros setores, como o sucroalcooleiro, onde a repressão ao trabalho escravo é bastante intensa.